

LICITAÇÃO COM ITENS ABERTOS À AMPLA CONCORRÊNCIA, COM ITENS EM COTA RESERVADA E COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022.

(Processo Licitatório nº 007/2022)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMUTANGA – PE e o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 009/2022, tornam público, para conhecimento dos interessados, que realizarão licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que couber, bem como pela Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e exigências estabelecidas neste Edital, objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição do objeto descrito no item 1, nas descrições e condições constantes no Termo de Referência, **ANEXO I**.

Data da abertura da sessão pública: 29 de junho de 2022.

Horário da abertura do recebimento das propostas: 08:30h (horário de Brasília) do dia 15/06/2022

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário oficial de Brasília (DF).

Horário de encerramento de recebimento das propostas: 08:30h do dia 30 de junho de 2022

Horário da disputa: 09:00h (nove horas – horário de Brasília) do dia 30 de junho de 2022.

Tempo da disputa: **Definido pelo Pregoeiro no ato do certame.**

Endereço eletrônico para formalização de consulta: licitacoescamutanga@outlook.com

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto a Formalização de Ata Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Medicamentos, para fins de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Camutanga PE, conforme demandas, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
 - 1.2. Os quantitativos do objeto desta licitação estão assim divididos:
 - **1.2.1. OS ITENS 190, 221 e 253 (Cota Principal) –** corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) das quantidades totais do objeto deste item destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Edital.
 - **1.2.2. OS ITENS 191, 222 e 254 (Cota Reservada)** corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades totais do objeto deste item destinado à participação exclusiva e de



microempresa e empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 48, III da Lei Complementar 123/2006.

- **1.2.3.** Os demais itens são destinados à participação exclusiva e de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 48, I da Lei Complementar 123/2006.
- 1.3. Nas aquisições de medicamentos a que se refere esta licitação, o medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preços, nos termos do art. 3ª, §2º, da Lei Federal nº 9.787/99.

2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 2.1. O licitante deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa.
- 2.2. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso de Licitação e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao Certame.
- 2.3. Formalização de consultas: o licitante poderá formular consulta através do próprio sistema no campo "mensagens" ou pelo e-mail: <u>licitacoescamutanga@outlook.com</u>. As consultas serão respondidas diretamente no sítio **www.bnc.org.br**, no campo "mensagens", no link correspondente a este Edital.
- 2.4. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio dos recursos da tecnologia da informação INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do Certame.
- 2.5. Os trabalhos serão conduzidos por Servidora Pública designada através de ato interno, denominada Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BNC", constante da página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras, coordenadora do sistema.

3. DOS RECURSOS ORCAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para atender a esta licitação serão pagas com orçamento previsto para o exercício de 2022, na classificação orçamentária abaixo:

02.00.02.06 - Fundo Municipal de Saúde

33903000 - Material de Consumo

1030100052.044 - Assistência Farmacêutica na Atenção Básica em Saúde

1030200052.042 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

1030100052.053 - Manutenção das Atividades da Atenção Básica

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, regularmente estabelecidos no País, que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas no Termo de Referência, neste Edital e seus Anexos, desde que previamente cadastrados junto à **Bolsa Nacional de Compras**.
- 4.2. O objeto desta licitação será disputado em regime de ampla concorrência e cota reservada para microempresa e empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:
 - 4.4.1. Empresas que estejam suspensas e/ou impedidas de licitar/contratar com o Fundo Municipal de Saúde de Camutanga/PE;
 - 4.4.2. Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - 4.4.3. Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
 - 4.4.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.4.5. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.4.6. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
 - 4.4.8. Nesta licitação é vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

5. DO CREDENCIAMENTO ATRAVÉS DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

- 5.1. O licitante interessado deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
- 5.2. O cadastramento do licitante deverá ser requerido nos seguintes termos:
 - 5.2.1.Os participantes que desejem operar por meio de empresa associada à BNC Bolsa Nacional de Compras deverão nomea-lá através do instrumento de mandato, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.



- 5.2.2. Os participantes deverão manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, e;
- 5.2.3. Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, ressaltando-se que o licitante não deve ser identificado.
- 5.3. A participação no Pregão se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.
- 5.4. O acesso do operador ao Pregão se dará para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, o que ocorrerá mediante prévia definição de senha privativa.
- 5.5. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 5.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelos telefones: WhatsApp (41) 99136-7677, Curitiba-PR (41) 3557 2301, ou através da BNC Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.
- 5.8. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Fundo Municipal de Saúde a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 5.9. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no (ANEXO II) para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais **se assinalou o regime ME/EPP** no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito às prerrogativas previstas na Lei Complementar 123/2006;

6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 6.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 6.1.1. Conduzir a sessão pública;
 - 6.1.2. Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;



- 6.1.3. Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital:
- 6.1.4. Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- 6.1.5. Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 6.1.6. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- 6.1.7. Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- 6.1.8. Indicar o vencedor do certame;
- 6.1.9. Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 6.1.10. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- 6.1.11. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.
- 6.2. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
 - 7.1.1. Os licitantes também deverão anexar arquivo da proposta inicial devidamente assinada na opção "PROPOSTA EM PAPEL TIMBRADO ASSINADA E COM CNPJ" do sistema.
- 7.2. O encaminhamento de proposta e documentos para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e documentos de habilitação.
- 7.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.



- 7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 8.1.1. Valor **DO ITEM**;
 - 8.1.2. Marca;
 - 8.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência – Anexo I e indicação do número registro do medicamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA).
 - 8.1.3.1. Caso o medicamento seja isento de Registro, deve ser informado na proposta de preços no campo nº do Registro na ANVISA a norma que o isenta de Registro.
- 8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, despesas com transporte e entrega e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 8.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.4. A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão de abertura do Pregão, independentemente de declaração do licitante.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



- 9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, desde que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 - 9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 9.5.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
 - 9.5.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor POR ITEM.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 9.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 9.10. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa "**aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema **quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.



- 9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, **será de dois minutos** e ocorrerá **sucessivamente** sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, **inclusive no caso de lances intermediários**.
- 9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente**.
- 9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada à Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga PE.
 - 9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 9.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.19. O Critério de julgamento adotado será o menor preço **POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.21. Em relação **aos ITENS 190, 221 e 253 (disputados em regime de ampla concorrência)**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



- 9.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.26. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não exerça o direito ao empate ficto e não apresente proposta de preço inferior a inicialmente vencedora, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente de menor preço.
- 9.27. Em caso de empate entre os itens exclusivos, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.28. O medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preços, nos termos do art. 3ª, §2º, da Lei Federal nº 9.787/99.
- 9.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
 - 9.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.30. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado na respectiva cota principal.
- 9.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento final da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexeguível.
 - 10.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários



de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 10.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
 - 10.6.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do medicamento ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de Folder e/ou catálogo, permitida emissão através do sitio do fabricante, com informações que permitam identificar as especificações do Edital, sujeitos à apreciação de parecer técnico, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 10.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
 - 10.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
 - 10.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá notificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto em relação **ao item 190, 221 e 253 (disputado em regime de ampla concorrência)**, conforme previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

兴更兴

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA/PE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:
 - 11.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).
 - 11.1.2. A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 11.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 11.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 11.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
 - 11.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
 - 11.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
 - 11.2.1. Admite-se a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, podendo ser anexado documento ausente apto a comprovar que a exigência já era atendida pelo licitante quando da apresentação de sua proposta, porém, que não tenha sido apresentado junto com os demais documentos de habilitação e/ou da proposta por equívoco ou falha (Acórdão 1211/2021 Tribunal de Contas da União).



- 11.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 - 11.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 11.5. Será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da respectiva emissão, a certidão/documento que não apresentar prazo de validade, exceto se houver previsão de prazo diverso estabelecido em lei ou por dispositivo do órgão emissor do documento, devendo o licitante apresentar acompanhada da certidão/documento cópia da referida legislação ou dispositivo.
- 11.6. Os documentos exigidos nos subitens abaixo poderão ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas por Tabelião de Notas, por publicações em órgão da imprensa oficial ou pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio.
- 11.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.8. Habilitação jurídica:

- 11.8.1. Cópiada cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação com foto e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos sócios, diretores ou do proprietário da empresa.
- 11.8.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.8.3. Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 11.8.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.8.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;



- 11.8.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 11.8.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 11.8.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 11.8.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 11.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 11.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 11.9.5. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante:
- 11.9.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.10. Qualificação Econômico-Financeira

11.10.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, com antecedência máxima de **90 (noventa)** dias contados da sua apresentação.



- 11.10.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante ou de seu domicílio;
 - 11.10.2.1 As empresas sediadas no Estado de Pernambuco poderão retirar a respectiva certidão no link: (www.tjpe.jus.br/certidaopje), devendo ser emitidas as certidões de 1º e 2º grau para fins de licitação.
- 11.10.3. A certidão descrita no subitem 11.10.2 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial do Estado da sede do licitante ou de seu domicílio contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.
- 11.10.4. As empresas sediadas em Pernambuco e constituídas após a implantação do Sistema Judwin (PJE), que ocorreu em 11 de maio de 2016, poderão apresentar apenas as certidões descritas no item 11.10.2.1.
- 11.10.5. Para os licitantes sediados em locais em que a verificação é centralizada, será aceita uma única certidão.
- 11.10.6. Em caso de Certidão Positiva de Falência com Efeito de Negativa, faz-se necessário que o documento mencione se o licitante já teve o plano de recuperação homologado em juízo e se está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório.
- 11.10.7. Caberá ao licitante obter a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede do licitante ou de seu domicílio.
- 11.10.8. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DISPONIBILIDADE INTERNA IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas FGV ou de outro indicador que o venha substituir;
 - 11.10.8.1 Serão considerados e aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - 11.10.8.1.1 Sociedades regidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 Lei das Sociedades Anônimas:
 - Publicados em Diário Oficial: ou
 - Publicados em jornal de grande circulação; ou
 - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede



ou domicílio do licitante.

- 11.10.8.1.2 Sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- 11.10.8.1.3 Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996 Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":
- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- 11.10.8.1.4 Sociedade criada no exercício em curso:
- Fotocópias do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- 11.10.9 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar registrados no órgão competente e estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- 11.10.10- As empresas participantes do processo licitatório que estiverem legalmente obrigadas ao envio de seus registros contábeis através do SPED CONTÁBIL poderão apresentar cópias do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, emitidos do SPED, juntamente com o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital;
- 11.10.11 As empresas participantes do processo licitatório que estiverem legalmente obrigadas ao envio de seus registros contábeis através do SPED CONTÁBIL e apresentarem suas demonstrações conforme o item 11.10.10, deverão, em fase de diligência realizada pela Comissão de Licitação, comprovar que as informações contábeis registradas no órgão competente condizem com aquelas apresentadas à Receita Federal, através da apresentação das cópias do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício emitidos do SPED, juntamente com o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, conforme determinado no subitem anterior.



11.10.12. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

- 11.10.13 A empresa que apresentar resultado menor que 1,0 em qualquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- 11.10.14 Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, o **Fundo de Saúde do Município de Camutanga** se reservará ao direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelos licitantes;
- 11.10.15 Quando se tratar de empresa com menos de 01 (um) ano de atividade, o balanço a ser apresentado será o de abertura;

11.11. Qualificação Técnica

- 11.11.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade e fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado para ambos, contendo razão social, endereço, telefone, CNPJ e quantitativos executados que apresente, no mínimo, 10% (dez por cento) das quantidades estimadas do **item arrematado** ou de características similares.
- 11.11.1. Os atestados deverão referir-se a fornecimentos prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 11.11.1.2. Para a comprovação do fornecimento mínimo de 10% (Dez por cento) do item arrematado, será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido.
- 11.11.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando quando requerido pelo Pregoeiro, dentre outros documentos, cópia do contrato e ou Notas Fiscais que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os fornecimentos.
- 11.11.3. Licença de funcionamento da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal em vigor da sede do licitante:



- 11.11.3. **Autorização de Funcionamento AFE para Medicamentos**, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, da empresa participante da licitação, ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa participante, com as atividades compatíveis para indústria, distribuidora, e/ou importadora de medicamentos;
- 11.11.4. Comprovação de Registro ou inscrição no Conselho Regional de Farmácia (CRF) Certificado de Regularidade Técnica;

11.12. Das Declarações

11.12.1. Declaração de Cumprimento das condições de habilitação, podendo ser adotado o modelo do **ANEXO II** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante.

Obs.: Caso haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, tal ressalva deve constar na referida declaração.

- 11.12.2. Declaração de Idoneidade, podendo ser adotado o modelo do **ANEXO II** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante.
- 11.12.3. Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, podendo ser adotado o modelo do **ANEXO II** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante.
- 11.12.4. Declaração de que não utiliza, direta ou indiretamente, mão de obra de menores conforme as disposições contidas no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988, podendo ser adotado o modelo do **ANEXO II** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante.
- 11.12.5. Declaração de Opção para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, podendo ser adotado o modelo do **ANEXO II** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante.
- 11.12.6. Declaração de Responsabilidade, podendo ser adotado o modelo do **ANEXO II** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante.
- 11.12.7. Declaração de Inexistência de Relação Familiar ou Parentesco com Servidores da Administração Municipal, podendo ser adotado o modelo do **ANEXO II** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante.
- 11.13. Julgamento da Habilitação e Prerrogativas das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte



- 11.13.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 11. 13.2. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 11.13.3. Caso seja constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 11.13.4. A não-regularização fiscal e/ou trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Caso o licitante remanescente apresente alguma restrição fiscal ou trabalhista, será assegurado o mesmo prazo para regularização.
- 11.13.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 11.13.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 11.13.7. Com relação aos **itens 190, 221 e 253 (disputado em regime de ampla concorrência)**, caso ocorra inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.13.8. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 11.13.9. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 11.13.10. Os documentos/certidões que não apresentarem prazo de validade serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias a contar de sua emissão, salvo previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal, ficando o licitante responsável por juntar a respectiva comprovação.



- 11.13.11. Os documentos emitidos via internet, terão sua autenticidade verificada nos sites das fontes emissoras.
- 11.13.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
 - 12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
 - 12.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 - 12.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como validade, marca, modelo, tipo, fabricante, procedência e número de registro na ANVISA, vinculam a Contratada.
- 12.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
 - 12.3.1. Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o primeiro; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 12.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 12.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 12.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer,



de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

- 13.2. Havendo quem se manifeste, caberá o Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
 - 13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
 - 13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
 - 13.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.3. O recurso terá efeito suspensivo.
- 13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
 - 14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato e/ou não retirar o instrumento equivalente e/ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 - 14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, acordo com a fase do procedimento licitatório.

兴三兴

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA/PE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2. A ciência da convocação será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.
- 16.3. A convocação poderá ser presencialmente e/ou por Diário Oficial e/ou realizada via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo do contrato, se for o caso, para impressão, assinatura e devolução via postal.
- 16.4. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa do contrato por viapostal, para assinatura da adjudicatária.
- 16.5. O prazo estabelecido no item 16.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 16.6. É facultado à Administração Municipal, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.
- 16.7. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 16.8. Na assinatura da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor registrado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 16.9. Na hipótese de o licitante vencedor não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital, a Administração convocará os demais licitantes, na ordem de



classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 17.1. Após a assinatura de Ata de Registro de Preços, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 17.2. O fornecedor registrado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 17.3. A ciência da convocação será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.
- 17.4. A convocação poderá ser presencialmente ou realizada via e-mail (informado pelo fornecedor registrado em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo do contrato, se for o caso, para impressão, assinatura e devolução via postal.
- 17.5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa do contrato por via postal, para assinatura do fornecedor registrado.
- 17.6. O prazo estabelecido no item 17.2 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor registrado, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 17.7. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor registrado, implica no reconhecimento de que:
 - 17.7.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 17.7.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos:
- 17.8. É facultado à Administração Municipal, quando o fornecedor registrado não assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar contrato.
- 17.9. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 17.10. Na hipótese de o fornecedor registrado não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital quando da assinatura do contrato, a Administração convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação,



analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar contrato.

17.11. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.12. O prazo de vigência será o previsto no instrumento contratual, devendo ser observada a vigência dos créditos orçamentários.

18. DO PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. O prazo, local de entrega, critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no item 5.

18.2. A gestão e fiscalização do contrato estão regulamentadas no item 11 do Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

19.1. As obrigações do Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos itens 7 e 8, respectivamente, do Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no item 12 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. As sanções administrativas estão previstas no item 14 do Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail <u>licitacoescamutanga@outlook.com</u> ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Presidente Getulio Vargas, nº. 240, centro, Camutanga – PE.



- 22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados o Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por forma eletrônica, pelo e-mail <u>licitacoescamutanga@outlook.com</u> ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Presidente Getúlio Vargas, nº. 240, centro, Camutanga PE.
- 22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



- 23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico WWW.BNC.ORG.BR, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 23.12.1 ANEXO I Termo de Referência;
 - 23.12.2 ANEXO II Modelos de Declarações (Declaração de Cumprimento das condições de Habilitação; Declaração Idoneidade; Declaração de Fatos Impeditivos; Declaração de não emprego de mão-de-obra de menor; Declaração de ME/EPP; Declaração Responsabilidade; Declaração de Inexistência de Relação Familiar ou Parentesco com Servidores da Administração Municipal);
 - 23.12.3 ANEXO III Modelo de proposta;
 - 23.12.4 ANEXO IV Minuta de Contrato;
 - 23.12.5 ANEXO V Minuta de Ata de Registro de Preços.

Camutanga/PE, 10 de junho de 2022.

Isaias Gomes de Araújo Filho

Pregoeiro do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto, registro de preços para futura e eventual Aquisição de Medicamentos, para fins de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde



de Camutanga/PE, conforme demandas, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1 A realização de processo de licitação para o registro de preços para futura aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público presente na necessidade da utilização dos medicamentos pela Secretaria Municipal de Saúde desta Administração Pública Municipal, no atendimento aos pacientes do Município de Camutanga/PE, proporcionando melhor qualidade de vida aos munícipes.
- 2.2. Justifica-se o pedido de aquisição de medicamentos pela necessidade de abastecimento das 03 (três) Unidades Básicas de Saúde do Município da Camutanga e da Unidade Mista Minervina Guedes Tavares de Melo. Visando suprir atendimentos clínicos e de internação, bem como necessidades de pronto atendimento nas Unidades de Saúde, além de suprir a necessidade de distribuição de medicamentos através da Farmácia Básica.
- 2.3 Os quantitativos solicitados tiveram por base o consumo de exercícios anteriores.
- 2.4 Assim, solicitamos a formalização de uma Ata de Registro de Preços para aquisição dos medicamentos, de forma parcelada, por um período de 12 meses, visando manter o atendimento dos munícipes de forma eficaz.

3.DAS DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇOS I	MÁXIMOS R\$
				UNITÁRIO	TOTAL
01	ANLODIPINO 5MG	COMPRIMIDO	36.000	R\$ 0,06	R\$ 2.160,00
02	PROPRANOLOL 40MG CLORIDRATO	COMPRIMIDO	15.000	R\$ 0,07	R\$ 1.050,00
03	ATENOLOL 25MG	COMPRIMIDO	32.000	R\$ 0,09	R\$ 2.880,00
04	VITAMINA C/ÁCIDO ASCÓRBICO 200MG/ML. SOL. ORAL C/20ML	SOLUÇÃO ORAL	4.800	R\$ 2,37	R\$ 11.376,00
05	ATENOLOL 50MG	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,12	R\$ 3.600,00
06	ATENOLOL 100MG	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,20	R\$ 1.000,00
07	CETOCONAZOL 2%, SHAMPO C/100ML	SHAMPOO	360	R\$ 9,83	R\$ 3.538,80
08	GLIBENCLAMIDA 5MG	COMPRIMIDO	80.000	R\$ 0,06	R\$ 4.800,00
09	IBUPROFENO 50MG/ML. SOLUÇÃO ORAL 30ML	SOLUÇÃO ORAL	3.000	R\$ 4,15	R\$ 12.450,00
10	LIDOCAÍNA 2%, CLORIDRATO GEL 30G	GEL	120	R\$ 3,64	R\$ 436,80
11	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO 150MG/ML. INJETÁVEL 1ML	AMPOLA	60	R\$ 19,05	R\$ 1.143,00
12	NISTATINA CREME VAGINAL	CREME VAGINAL	1.200	R\$ 6,36	R\$ 7.632,00
13	OMEPRAZOL 20MG	COMPRIMIDO	50.000	R\$ 0,20	R\$ 10.000,00
14	NEOMICINA 5MG/G + BACITRACINA 250UI/G. POMADA 10G	POMADA	7.200	R\$ 2,47	R\$ 17.784,00

Rua Joaquim Nabuco, s/n, centro, Camutanga-PE CEP: 55.930-000 CNPJ: 11.348.486/0001-70



1 45	ECDIDANOLACTONA FOMO	COMPRIMIDO	0.000	D# 0.55	D# 4 400 00
15	ESPIRONOLACTONA 50MG	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,55	R\$ 1.100,00
16	ACICLOVIR SÓDICO 200MG	COMPRIMIDO	3.600	R\$ 0,35	R\$ 1.260,00
17	ACICLOVIR SÓDICO 50MG/G.CREME C/ 10G	CREME	200	R\$ 3,87	R\$ 774,00
18	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG	COMPRIMIDO	80.000	R\$ 0,24	R\$ 19.200,00
19	ÁCIDO FÓLICO 5MG	COMPRIMIDO	60.000	R\$ 0,08	R\$ 4.800,00
20	ALBENDAZOL 400MG	COMPRIMIDO	4.200	R\$ 0,55	R\$ 2.310,00
21	ALBENDAZOL 40MG/ML. SUSPENSÃO ORAL 10ML	SOLUÇÃO ORAL	2.400	R\$ 1,61	R\$ 3.864,00
22	ALENDRONATO SÓDICO 70MG	COMPRIMIDO	3.600	R\$ 0,63	R\$ 2.268,00
23	AMIODARONA 200MG	COMPRIMIDO	1.500	R\$ 0,78	R\$ 1.170,00
24	AMOXICILINA 500MG	CÁPSULA	60.000	R\$ 0,37	R\$ 22.200,00
25	AMOXICILINA 50MG/ML. PÓ P/SUSPENSÃO ORAL.60ML	PÓ PARA SUSPENSÃO	4.200	R\$ 8,79	R\$ 36.918,00
26	AMOXICILINA 500MG+CLAVULONATO DE POTÁSSIO 125MG	CÁPSULA	2.160	R\$ 2,07	R\$ 4.471,20
27	ANLODIPINO 10MG, BESILATO DE	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,11	R\$ 2.200,00
28	AZITROMICINA 500MG	COMPRIMIDO	12.000	R\$ 1,52	R\$ 18.240,00
29	AZITROMICINA 40MG/ML. PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL C/15ML	PÓ PARA SUSPENSÃO	500	R\$ 8,98	R\$ 4.490,00
30	BECLOMETAZONA DIPROPIONATO 50MCG	SPRAY NASAL	18	R\$ 31,29	R\$ 563,22
31	BECLOMETAZONA DIPROPIONATO 200MCG	SPRAY ORAL	120	R\$ 50,32	R\$ 6.038,40
32	BECLOMETAZONA DIPROPIONATO 250MCG	SPRAY ORAL	120	R\$ 43,39	R\$ 5.206,80
33	BUDESONIDA 32MCG	SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	150	R\$ 17,67	R\$ 2.650,50
34	BUDESONIDA 50MCG	SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	60	R\$ 37,66	R\$ 2.259,60
35	BUDESONIDA 64MCG	SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	60	R\$ 27,68	R\$ 1.660,80
36	CAPTOPRIL 25MG	COMPRIMIDO	80.000	R\$ 0,07	R\$ 5.600,00
37	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG + VITAMINA D3 200UI	COMPRIMIDO	18.000	R\$ 0,27	R\$ 4.860,00
38	CARVEDILOL 25 MG	COMPRIMIDO	7.200	R\$ 0,27	R\$ 1.944,00
39	CEFALEXINA 50MG	PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	3.000	R\$ 8,23	R\$ 24.690,00
40	CEFALEXINA 500MG	CÁPSULA	36.000	R\$ 0,71	R\$ 25.560,00
41	CIMETIDINA 200MG	COMPRIMIDO	15.000	R\$ 0,43	R\$ 6.450,00
42	CIPROFLOXACINO 500MG	COMPRIMIDO	18.000	R\$ 0,40	R\$ 7.200,00
43	CLARITROMICINA 500MG	COMPRIMIDO	300	R\$ 4,05	R\$ 1.215,00

Rua Joaquim Nabuco, s/n, centro, Camutanga-PE CEP: 55.930-000 CNPJ: 11.348.486/0001-70



44	DEXAMETASONA 4MG	COMPRIMIDO	2.400	R\$ 0,42	R\$ 1.008,00
45	DEXCLORFENIRAMINA 2MG	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,14	R\$ 4.200,00
46	DIPIRONA 500MG	COMPRIMIDO	60.000	R\$ 0,24	R\$ 14.400,00
47	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML	SOLUÇÃO ORAL	4.800	R\$ 3,06	R\$ 14.688,00
48	ENALAPRIL MALEATO 5MG	COMPRIMIDO	70.000	R\$ 0,11	R\$ 7.700,00
49	ENALAPRIL MALEATO 10MG	COMPRIMIDO	70.000	R\$ 0,08	R\$ 5.600,00
50	ENALAPRIL MALEATO 20MG	COMPRIMIDO	70.000	R\$ 0,12	R\$ 8.400,00
51	ERITROMICINA ESTEARATO 500MG	COMPRIMIDO	12.000	R\$ 0,14	R\$ 1.680,00
52	ESPIRONOLACTONA 25MG	COMPRIMIDO	9.000	R\$ 0,23	R\$ 2.070,00
53	ESPIRONOLACTONA 100MG	COMPRIMIDO	4.000	R\$ 1,02	R\$ 4.080,00
54	ESTRIOL 1MG/G	CREME VAGINAL	150	R\$ 12,96	R\$ 1.944,00
55	FUROSEMIDA 40MG	COMPRIMIDO	50.000	R\$ 0,12	R\$ 6.000,00
56	FLUCONAZOL 150MG	CÁPSULA	6.000	R\$ 0,75	R\$ 4.500,00
57	GENTAMICINA, SULFATO 5MG	SOLUÇÃO OFTLMICA	150	R\$ 10,55	R\$ 1.582,50
58	GENTAMICINA, SULFATO 5MG	POMADA OFTÁLMICA	150	R\$ 18,63	R\$ 2.794,50
59	GLICEROL 72MG/95%.	SUPOSITÓRIO INFANTIL	350	R\$ 1,07	R\$ 374,50
60	GLICEROL 120MG/ML. ENEMA 250ML	SOLUÇÃO RETAL	70	R\$ 12,07	R\$ 844,90
61	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60MG/ML +HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 40MG/ML	SUSPENSÃO	4.800	R\$ 4,80	R\$ 23.040,00
62	HIDRALAZINA 25MG	DRÁGEA	1.500	R\$ 0,34	R\$ 510,00
63	HIDRALAZINA 50MG	DRÁGEA	900	R\$ 0,46	R\$ 414,00
64	IBUPROFENO 600MG	COMPRIMIDO	60.000	R\$ 0,31	R\$ 18.600,00
65	IPRATRÓPIO	SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO	100	R\$ 1,83	R\$ 183,00
66	INSULINA REGULAR 100UI/ML. INJETÁVEL 10ML	AMPOLA	20	R\$ 36,59	R\$ 731,80
67	ISOSSORBIDA 5MG	COMPRIMIDO SUBLIGUAL	900	R\$ 0,42	R\$ 378,00
68	ISOSSORBIDA 20MG	COMPRIMIDO	1.500	R\$ 0,40	R\$ 600,00
69	ISOFLAVONA DE SOJA 75MG/GLYCINE MAX	CÁPSULA	3.600	R\$ 0,36	R\$ 1.296,00
70	IVERMECTINA 6MG	COMPRIMIDO	600	R\$ 1,04	R\$ 624,00
71	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG	COMPRIMIDO	330	R\$ 0,28	R\$ 92,40
72	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG	COMPRIMIDO	660	R\$ 0,30	R\$ 198,00
73	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG	COMPRIMIDO	330	R\$ 0,35	R\$ 115,50
74	LEVONORGESTREL 0,75 MG	DRÁGEA	96	R\$ 3,48	R\$ 334,08
75	LIDOCAÍNA 100MG/ML	LOÇÃO TÓPICA	24	R\$ 135,17	R\$ 3.244,08
76	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	COMPRIMIDO	180.000	R\$ 0,17	R\$ 30.600,00



77	MEDROXIPROGESTERONA 50MG/ML ACETATO. INJETÁVEL 1ML.	AMPOLA	50	R\$ 28,87	R\$ 1.443,50
78	MEDROXIPROGESTERONA 5MG ACETATO.	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 1,68	R\$ 5.040,00
79	METFORMINA 850MG	COMPRIMIDO	300.000	R\$ 0,15	R\$ 45.000,00
80	METILDOPA 250MG	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,70	R\$ 14.000,00
81	METOCLORPAMIDA 10MG CLORIDRATO	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,19	R\$ 1.900,00
82	METOCLORPAMIDA 4MG/ML	SOLUÇÃO ORAL	1.800	R\$ 1,53	R\$ 2.754,00
83	METOPROLOL 25MG, SUCCINATO. AÇÃO PROLONGADA	COMPRIMIDO	1.500	R\$ 0,42	R\$ 630,00
84	METOPROLOL 50MG, SUCCINATO. AÇÃO PROLONGADA	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,89	R\$ 2.670,00
85	METOPROLOL 100MG, SUCCINATO. AÇÃO PROLONGADA	COMPRIMIDO	1.800	R\$ 1,06	R\$ 1.908,00
86	METRONIDAZOL 100MG	CREME VAGINAL	1.800	R\$ 8,33	R\$ 14.994,00
87	METRONIDAZOL 250MG	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,27	R\$ 8.100,00
88	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG	SUSPENSÃO ORAL	1.800	R\$ 10,19	R\$ 18.342,00
89	MICONAZOL 2%.	CREME VAGINAL	1.800	R\$ 7,22	R\$ 12.996,00
90	MICONAZOL 2%.	CREME TÓPICO	1.200	R\$ 2,93	R\$ 3.516,00
91	NIFEDIPINO 10MG	CÁPSULA	600	R\$ 0,35	R\$ 210,00
92	NIFEDIPINO 10MG	COMPRIMIDO	1.500	R\$ 0,30	R\$ 450,00
93	ÓLEO MINERAL	SOLUÇÃO ORAL	360	R\$ 5,09	R\$ 1.832,40
94	PARACETAMOL 200MG	SOLUÇÃO ORAL	4.200	R\$ 2,15	R\$ 9.030,00
95	PARACETAMOL 500MG	COMPRIMIDO	60.000	R\$ 0,24	R\$ 14.400,00
96	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG	COMPRIMIDO	1.200	R\$ 0,36	R\$ 432,00
97	PERMETRINA 1%.	SOLUÇÃO TÓPICA	600	R\$ 3,10	R\$ 1.860,00
98	PERMETRINA 5%.	SOLUÇÃO TÓPICA	700	R\$ 4,99	R\$ 3.493,00
99	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3MG/ML	SOLUÇÃO ORAL	480	R\$ 8,42	R\$ 4.041,60
100	PREDNISONA 20MG	COMPRIMIDO	9.000	R\$ 0,34	R\$ 3.060,00
101	PREDNISONA 5MG	COMPRIMIDO	9.000	R\$ 0,27	R\$ 2.430,00
102	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,26	R\$ 7.800,00
103	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL	PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL	1.400	R\$ 1,47	R\$ 2.058,00
104	SALBUTAMOL 100MCG	AEROSSOL	200	R\$ 16,70	R\$ 3.340,00
105	SINVASTATINA 10MG	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,11	R\$ 3.300,00
106	SINVASTATINA 20MG	COMPRIMIDO	56.000	R\$ 0,15	R\$ 8.400,00
107	SINVASTATINA 40MG	COMPRIMIDO	60.000	R\$ 0,25	R\$ 15.000,00
108	SULFADIAZINA DE PRATA 1%.	CREME	600	R\$ 22,19	R\$ 13.314,00

Rua Joaquim Nabuco, s/n, centro, Camutanga-PE CEP: 55.930-000 CNPJ: 11.348.486/0001-70



109	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPRIN 400+80MG	COMPRIMIDO	36.000	R\$ 0,34	R\$ 12.240,00
110	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPRIN 40+8MG/ML	SUSPENSÃO ORAL	2.400	R\$ 8,60	R\$ 20.640,00
111	SULFATO FERROSO 40MG	COMPRIMIDO	90.000	R\$ 0,13	R\$ 11.700,00
112	SULFATO FERROSO 25MG/ML.	SOLUÇÃO ORAL	500	R\$ 2,59	R\$ 1.295,00
113	SULFATO FERROSO 5MG/ML. XAROPE	XAROPE	150	R\$ 8,19	R\$ 1.228,50
114	VARFARINA 5MG	COMPRIMIDO	1.400	R\$ 0,28	R\$ 392,00
115	VARFARINA 1MG	COMPRIMIDO	720	R\$ 0,32	R\$ 230,40
116	BISSULFATO DE CLOPIDROGEL 75MG	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,73	R\$ 1.460,00
117	CILOSTAZOL 100MG	COMPRIMIDO	2.400	R\$ 0,87	R\$ 2.088,00
118	CINARIZINA 75MG	COMPRIMIDO	7.200	R\$ 0,43	R\$ 3.096,00
119	CINARIZINA 25MG	COMPRIMIDO	7.200	R\$ 0,19	R\$ 1.368,00
120	CLORTALIDONA 25MG	COMPRIMIDO	3.600	R\$ 0,23	R\$ 828,00
121	DICLOFENACO POTÁSSICO 50MG	COMPRIMIDO	48.000	R\$ 0,13	R\$ 6.240,00
122	DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML	SOLUÇÃO ORAL	600	R\$ 6,35	R\$ 3.810,00
123	CLORIDRATO DORZOLAMIDA 2%	SOLUÇÃO OFTÁLMICA	360	R\$ 19,01	R\$ 6.843,60
124	MONONITRATO ISOSSORBIDA 10MG	COMPRIMIDO	1.500	R\$ 0,89	R\$ 1.335,00
125	DINITRATO ISOSSORBIDA 10MG	COMPRIMIDO	1.500	R\$ 0,29	R\$ 435,00
126	NEOVITE C. LUTEÍNA ENRIQUECIDA	COMPRIMIDO	1.500	R\$ 2,26	R\$ 3.390,00
127	OTOMICINA	SOLUÇÃO OTOLÓGICA	120	R\$ 59,00	R\$ 7.080,00
128	POLIVITAMÍNICO/COMPLEXO B	ELIXIR	4.800	R\$ 3,58	R\$ 17.184,00
129	PROPATILNITRATO 10MG	COMPRIMIDO	12.000	R\$ 0,82	R\$ 9.840,00
130	SIMETICONA 75MG	SOLUÇÃO ORAL	4.800	R\$ 2,42	R\$ 11.616,00
131	TARTARATO DE BRIMONIDINA 2MG	SOLUÇÃO OFTÁLMICA	180	R\$ 17,80	R\$ 3.204,00
132	VITAMINA C 500MG/ÁCIDO ASCÓRBICO	COMPIMIDO	48.000	R\$ 0,23	R\$ 11.040,00
133	FENOTEROL 5MG	SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO	360	R\$ 6,07	R\$ 2.185,20
134	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO TAMPONADO	COMPRIMIDO	4.800	R\$ 0,68	R\$ 3.264,00
135	DIOSMINA 450 MG + HESPERIDINA 50 MG	COMPRIMIDO	720	R\$ 0,71	R\$ 511,20
136	METFORMINA 500MG	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,15	R\$ 3.000,00
137	HIOSCINA 6,67MG/ML+DIPIRONA 333MG/ML	SOLUÇÃO ORAL	4.800	R\$ 9,37	R\$ 44.976,00
138	DEXAMETASONA 0,1%, ACETATO DE. COM 10G	CREME	7.000	R\$ 1,86	R\$ 13.020,00
139	DEXAMETASONA 0,1MG/ML	ELIXIR	600	R\$ 3,78	R\$ 2.268,00
140	DEXAMETASONA 0,1%	SOLUÇÃO OFTÁLMICA	60	R\$ 4,57	R\$ 274,20



141	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG.	DRÁGEA	2.400	R\$ 0,13	R\$ 312,00
142	CETOROLACO DE TROMETAMILA 0,3%	SOLUÇÃO OFTÁLMICA	120	R\$ 26,38	R\$ 3.165,60
143	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 0,4MG	SOLUÇÃO	4.800	R\$ 3,06	R\$ 14.688,00
144	CETOROLACO DE TROMETAMILA 0,4%	SOLUÇÃO OFTÁLMICA	120	R\$ 15,65	R\$ 1.878,00
145	SALBUTAMOL 0,4MG	XAROPE	3.600	R\$ 3,28	R\$ 11.808,00
146	MALEATO DE TIMOLOL 0,5%	SOLUÇÃO OFTÁLMICA	200	R\$ 5,67	R\$ 1.134,00
147	CETOROLACO DE TROMETAMILA 0,5%	SOLUÇÃO OFTÁLMICA	120	R\$ 29,60	R\$ 3.552,00
148	COLAGENASE 0,6 UI SEM CLORANFENICOL	POMADA	600	R\$ 27,63	R\$ 16.578,00
149	COLAGENASE 0,6UI COM CLORANFENICOL 1%	POMADA	600	R\$ 28,80	R\$ 17.280,00
150	CLOREXIDINA 0,12%	ENXAGUANTE BUCAL	26	R\$ 29,17	R\$ 758,42
151	DIGOXINA 0,25MG	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,22	R\$ 2.200,00
152	IPRATRÓPIO 0,25MG/ML, BROMETO - SOLUÇÃO P/ NEBULIZAÇÃO. 20ML	SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO	400	R\$ 1,34	R\$ 536,00
153	NORETISTERONA 0,35MG	DRÁGEA	360	R\$ 0,39	R\$ 140,40
154	INSULINA REGULAR 100UI/ML	AMPOLA	20	R\$ 32,52	R\$ 650,40
155	CARVEDILOL 6,25 MG	COMPRIMIDO	12.000	R\$ 0,21	R\$ 2.520,00
156	AMOXICILINA 50MG/ML+CLAVULONATO DE POTÁSSIO 12,5MG/ML.	SUSPENSÃO ORAL	180	R\$ 14,30	R\$ 2.574,00
157	CLOPIDOGREL 75 MG	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,68	R\$ 680,00
158	ÁGUA BIDESTILADA, APIROGÊNICA 5ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	5.000	R\$ 0,41	R\$ 2.050,00
159	ÁGUA BIDESTILADA, APIROGÊNICA. 10ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	20.000	R\$ 0,67	R\$ 13.400,00
160	AMIODARONA 50MG/ML.	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 5,13	R\$ 1.026,00
161	SULFATO DE ATROPINA 0,25MG	SOLUÇÃO INJETÁVEL	800	R\$ 1,04	R\$ 832,00
162	CIMETIDINA 150MG	SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.400	R\$ 2,92	R\$ 7.008,00
163	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4MG	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.600	R\$ 4,05	R\$ 14.580,00
164	DIPIRONA SÓDICA 500MG	SOLUÇÃO INJETÁVEL	15.000	R\$ 1,32	R\$ 19.800,00
165	FUROSEMIDA 10MG	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.200	R\$ 2,32	R\$ 2.784,00
166	GLICERINA 12%	SOLUÇÃO RETAL	100	R\$ 9,81	R\$ 981,00
167	GLICOSE 50% 10ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.600	R\$ 1,00	R\$ 2.600,00
	-				

Rua Joaquim Nabuco, s/n, centro, Camutanga-PE CEP: 55.930-000 CNPJ: 11.348.486/0001-70



168	GLICOSE 5% 500ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.500	R\$ 9,10	R\$ 13.650,00
169	HEPARINA 5000 UI/0,25 UI/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 20,34	R\$ 4.068,00
170	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTIZONA 100MG	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.600	R\$ 6,28	R\$ 10.048,00
171	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTIZONA 500MG	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.000	R\$ 8,39	R\$ 16.780,00
172	LIDOCAÍNA 2%, SEM VASOCONSTRICTOR	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.000	R\$ 6,91	R\$ 20.730,00
173	CLORIDRATO PROMETAZINA 25MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	800	R\$ 3,87	R\$ 3.096,00
174	RINGER LACTATO SÓDICO 500ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.000	R\$ 6,27	R\$ 18.810,00
175	CEFTRIAXONA 1G	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.800	R\$ 9,20	R\$ 44.160,00
176	CEFALOTINA 1G	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.000	R\$ 10,12	R\$ 10.120,00
177	SULFATO DE GENTAMICINA 80MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.000	R\$ 4,13	R\$ 4.130,00
178	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	360	R\$ 6,39	R\$ 2.300,40
179	AMINOFILINA 24MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 3,18	R\$ 636,00
180	BICARBONATO DE SÓDIO 84MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	100	R\$ 1,26	R\$ 126,00
181	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1%	SOLUÇÃO INJETÁVEL	100	R\$ 0,95	R\$ 95,00
182	CLORETO DE SÓDIO 10%	SOLUÇÃO INJETÁVEL	100	R\$ 0,71	R\$ 71,00
183	POLIVITAMINICO COMPLEXO B	SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.000	R\$ 3,88	R\$ 15.520,00
184	DEXAMETASONA 2MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.600	R\$ 3,32	R\$ 11.952,00
185	DICLOFENACO POTÁSSICO 75MG/3ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.800	R\$ 2,73	R\$ 7.644,00
186	DESLANÓSIDO 0,2MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	100	R\$ 2,84	R\$ 284,00
187	HIOSCINA/ESCOPOLAMINA 20MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.800	R\$ 3,23	R\$ 9.044,00
188	HIOSCINA 4MG/ML + DIPIRONA 500MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.800	R\$ 6,56	R\$ 24.928,00



ĺ	I	00111010	1	l I	
189	PIRACETAM 200MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	600	R\$ 4,56	R\$ 2.736,00
190	OMEPRAZOL 40MG	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.700	R\$ 27,53	R\$ 74.331,00
191	OMEPRAZOL 40MG	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	900	R\$ 27,53	R\$ 24.777,00
192	VITAMINA C/ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.400	R\$ 3,71	R\$ 8.904,00
193	ADENOSINA 3MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	500	R\$ 16,75	R\$ 8.375,00
194	ADRENALINA 1 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	500	R\$ 2,70	R\$ 1.350,00
195	CETOROLACO DE TROMETAMINA 30 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	500	R\$ 4,63	R\$ 2.315,00
196	EPINEFRINA 1 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	500	R\$ 3,67	R\$ 1.835,00
197	ISOSSORBIDA 1 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	250	R\$ 2,50	R\$ 625,00
198	METOPROLOL 1 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	500	R\$ 29,28	R\$ 14.640,00
199	ONDANSETRONA 2 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	800	R\$ 7,30	R\$ 5.840,00
200	CLORETO DE SUXAMETÔNIO	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	R\$ 27,20	R\$ 8.160,00
201	CETOPROFENO 100MG/2ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.200	R\$ 6,14	R\$ 25.788,00
202	TIAMINA (VIT. B1) 100 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	R\$ 4,79	R\$ 1.437,00
203	BENZILPENICILINA PROCAINA + POTÁSSICA 300.000+100.000UI	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	50	R\$ 11,34	R\$ 567,00
204	EPINEFRINA/ADRENALINA 1MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	R\$ 2,57	R\$ 771,00
205	INSULINA NPH 100UI/ML.	SOLUÇÃO INJETÁVEL	120	R\$ 32,08	R\$ 3.849,60
206	CLORIDRATO DE METOCLORPAMIDA 5MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.600	R\$ 0,82	R\$ 2.952,00
207	SULFATO SALBUTAMOL 0,5MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	R\$ 2,52	R\$ 756,00
208	FLUFENAZINA 25MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	50	R\$ 7,58	R\$ 379,00
209	ETILEFRINA 10MG/ML.	SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	R\$ 2,51	R\$ 753,00



210	FITOMENADIONA K/VITAMINA K 10MG/ML.	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 3,64	R\$ 728,00
211	HIDRALAZINA 20MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.000	R\$ 14,27	R\$ 14.270,00
212	HIDROCLORETO NALOXONA 0,4 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	500	R\$ 13,79	R\$ 6.895,00
213	CITRATO DE FENTANILA 78,5MCG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	R\$ 9,33	R\$ 2.799,00
214	MIDAZOLAM 15MG	SOLUÇÃO INJETÁVEL	600	R\$ 7,56	R\$ 4.536,00
215	CLORETO DE SÓDIO 20%.	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.200	R\$ 0,68	R\$ 816,00
216	CLORETO DE SÓDIO 0,9%. SOLUÇÃO INJETÁVEL 500ML SISTEMA FECHADO	SOLUÇÃO INJETÁVEL	6.000	R\$ 7,45	R\$ 44.700,00
217	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9%, 500ML, SOLUÇÃO ESTÉRIL NÃO INJETÁVEL,SISTEMA ABERTO, COM BICO DOSADOR E TAMPA	FRASCO	3.600	R\$ 4,75	R\$ 17.100,00
218	RINGER LACTATO SÓDICO 500ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO	SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.000	R\$ 6,27	R\$ 12.540,00
219	CLORIDRATO TRAMADOL 50 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.400	R\$ 3,52	R\$ 4.928,00
220	GEL CONDUTOR INCOLOR PARA ULTRASSONOGRAFIA.	GALÂO	60	R\$ 38,46	R\$ 2.307,60
221	CATÉTER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, PERIFÉRICO 16G, COM AGULHA BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, RADIOPACO, ESTÉRIL (JELCO)	CAIXA	900	R\$ 107,45	R\$ 96.705,00
222	CATÉTER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, PERIFÉRICO 16G, COM AGULHA BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, RADIOPACO, ESTÉRIL (JELCO)	CAIXA	300	R\$ 107,45	R\$ 32.235,00
223	DISPOSITIVO INTRAVENOSO G19/ESCALPE , PVC, CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, BISEL TRIFACETADO	UNIDADE	1.200	R\$ 0,42	R\$ 504,00
224	IODOPOVIDINE DEGERMANTE	LITRO	120	R\$ 39,43	R\$ 4.731,60
225	LÂMINA DE BISTURI № 22, COM 100	CAIXA	100	R\$ 40,32	R\$ 4.032,00
226	SONDA URETRAL № 10, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, ESTERIL	UNIDADE	1.500	R\$ 0,83	R\$ 1.245,00
227	SONDA URETRAL № 12, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, ESTERIL	UNIDADE	1.500	R\$ 0,91	R\$ 1.365,00
228	SOLUÇÃO DESINFETANTE A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO + ÁLCOOL. COM 5 LITROS.	GALÃO	36	R\$ 102,73	R\$ 3.698,28
229	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 13x0,45, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER,PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL.	UNIDADE	12.000	R\$ 0,16	R\$ 1.920,00
230	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE	UNIDADE	360	R\$ 6,97	R\$ 2.509,20
231	LÂMINA DE BISTURI № 11,	CAIXA	24	R\$ 43,29	R\$ 1.038,96
232	LÂMINA DE BISTURI № 12	CAIXA	24	R\$ 46,64	R\$ 1.119,36
	1		1	1	

Rua Joaquim Nabuco, s/n, centro, Camutanga-PE CEP: 55.930-000 CNPJ: 11.348.486/0001-70



233	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO. ADULTO (KIT)	PACOTE	60	R\$ 14,97	R\$ 898,20
234	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO. INFANTIL (KIT)	PACOTE	60	R\$ 13,86	R\$ 831,60
235	COLAR CERVICAL P	UNIDADE	60	R\$ 13,82	R\$ 829,20
236	COLAR CERVICAL M	UNIDADE	60	R\$ 15,08	R\$ 904,80
237	COLAR CERVICAL G	UNIDADE	60	R\$ 16,35	R\$ 981,00
238	SONDA DE FOLEY № 8	UNIDADE	36	R\$ 5,64	R\$ 203,04
239	SONDA DE FOLEY № 14	UNIDADE	36	R\$ 4,80	R\$ 172,80
240	SONDA DE FOLEY № 16	UNIDADE	36	R\$ 5,71	R\$ 205,56
241	SONDA DE FOLEY № 18	UNIDADE	36	R\$ 6,06	R\$ 218,16
242	SONDA NASOGASTRICA CURTA № 14	UNIDADE	30	R\$ 1,19	R\$ 35,70
243	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA № 16	UNIDADE	30	R\$ 3,32	R\$ 99,60
244	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA № 18	UNIDADE	30	R\$ 1,25	R\$ 37,50
245	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA № 20	UNIDADE	30	R\$ 1,38	R\$ 41,40
246	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA № 14	UNIDADE	30	R\$ 1,29	R\$ 38,70
247	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA № 16	UNIDADE	30	R\$ 1,40	R\$ 42,00
248	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA № 18	UNIDADE	30	R\$ 1,54	R\$ 46,20
249	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA № 20	UNIDADE	30	R\$ 1,71	R\$ 51,30
250	ATADURA DE CREPOM, 100% ALGODÃO, 10CMx3M, 9 FIOS.	UNIDADE	1.500	R\$ 0,78	R\$ 1.170,00
251	ATADURA DE CREPOM, 100% ALGODÃO, 15CMx3M, 9 FIOS.	UNIDADE	1.000	R\$ 0,93	R\$ 930,00
252	ATADURA DE CREPOM, 100% ALGODÃO, 20CMx3M, 9 FIOS.	UNIDADE	1.500	R\$ 1,46	R\$ 2.190,00
253	CLOREXIDINA 0,12%, DIGLICONATO DE - COLUTÓRIO/ENXAGUANTE BUCAL C/ 3LITROS	LITRO	2.250	R\$ 62,12	R\$ 139.770,00
254	CLOREXIDINA 0,12%, DIGLICONATO DE - COLUTÓRIO/ENXAGUANTE BUCAL C/ 3LITROS	LITRO	750	R\$ 62,12	R\$ 46.590,00
255	Torneira de 3 vias	UNIDADE	3.000	R\$ 1,37	R\$ 4.110,00
256	APARELHO GLICOSÍMETRO COMPATÍVEL C/AS TIRAS	UNIDADE	90	R\$ 47,53	R\$ 4.277,70
257	LANCETA DESCARTÁVEL PARA PUNÇÃO DIGITAL. AGULHA 25G/0,5MM - PROFUNDIDADE 1,5MM. SISTEMA RETRÁTIL	UNIDADE	48.000	R\$ 0,23	R\$ 11.040,00
258	TIRA DE GLICOTESTE	CAIXA	400	R\$ 35,51	R\$ 14.204,00
259	SERINGA DESCARTÁVEL 1ML C/AGULHA 13x0,45, BISEL TRIFACETADO, PARA APLICAÇÃO DE INSULINAS	UNIDADE	48.000	R\$ 0,41	R\$ 19.680,00
260	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70%.	UNIDADE	400	R\$ 8,74	R\$ 3.496,00
261	ALGODÃO HIDRÓFILO 500GR	UNIDADE	200	R\$ 16,36	R\$ 3.272,00
262	COLETOR MATERIAL PERFURO-CORTANTE, RESISTENTE À PERFURAÇÕES, INTERNAMENTE IMPERMEÁVEL, 7 LITROS, AMARELA COM SIMBOLOGIA INTERNACIONAL DE MATERIAL CONTAMINADO	UNIDADE	3.000	R\$ 7,59	R\$ 22.770,00
263	ESPÁTULA DE AYRES, 18CM, DESCARTÁVEL. C/100 UNIDADES	PACOTE	40	R\$ 12,29	R\$ 491,60
264	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10CMx4,5M, ALGODÃO	UNIDADE	720	R\$ 16,51	R\$ 11.887,20
265	ESPÉCULO VAGINAL, PEQUENO, POLIETILENO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO	UNIDADE	4.000	R\$ 1,94	R\$ 7.760,00



266	ESPÉCULO VAGINAL, MÉDIO, POLIETILENO, ESTÉRIL,	UNIDADE	4.000	R\$ 1,97	R\$ 7.880,00
200	DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO	ONIDADE	4.000	ΙζΨ 1,97	ΤΨ 7.000,00
267	ESPÉCULO VAGINAL, GRANDE, POLIETILENO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO	UNIDADE	600	R\$ 2,21	R\$ 1.326,00
268	ESTOJO/FRASCO PARA CITOLOGIA,PLÁSTICO, TAMPA ROSQUEADA, FIXAÇÃO E TRANSPORTE COM 3 LÂMINAS PARA EXAME DE PAPANICOLAU	FRASCO	3.600	R\$ 1,86	R\$ 6.696,00
269	FIXADOR CITOLÓGICO	FRASCO	30	R\$ 11,09	R\$ 332,70
270	FITA MICROPORE 5CMX10M	UNIDADE	1.500	R\$ 9,08	R\$ 13.620,00
271	IODOPOVIDINE TÓPICO	LITRO	120	R\$ 33,72	R\$ 4.046,40
272	LÂMINA DE VIDRO FOSCA PARA MICROSCÓPIO. 26x26. COM 50 UNDES	CAIXA	180	R\$ 10,52	R\$ 1.893,60
273	LENÇOL HOSPITALAR DESCARTÁVEL DE PAPEL, BRANCO, ROLO	ROLO	240	R\$ 9,60	R\$ 2.304,00
274	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, "PP", LÁTEX NATURAL, COM PÓ BIOABSORVÍVEL. COM 100 UNDES	CAIXA	600	R\$ 42,40	R\$ 25.440,00
275	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, "P", LÁTEX NATURAL, COM PÓ BIOABSORVÍVEL. COM 100 UNDES	CAIXA	720	R\$ 39,89	R\$ 28.720,80
276	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, "M", LÁTEX NATURAL, COM PÓ BIOABSORVÍVEL. COM 100 UNDES	CAIXA	800	R\$ 42,83	R\$ 34.264,00
277	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, "G", LÁTEX NATURAL, COM PÓ BIOABSORVÍVEL. COM 100 UNDES	CAIXA	700	R\$ 44,78	R\$ 31.346,00
278	SABONETE LÍQUIDO ANTI-SÉPTICO : Sem fragrância	UNIDADE	480	R\$ 33,72	R\$ 16.185,60
279	TERMÔMETRO CLÍNICO PRISMÁTICO, VIDRO, COMUM, A 40º C	UNIDADE	480	R\$ 12,26	R\$ 5.884,80
280	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 25x7, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER,PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL.	UNIDADE	15.000	R\$ 0,17	R\$ 2.550,00
281	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 25x8, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER,PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL.	UNIDADE	15.000	R\$ 0,15	R\$ 2.250,00
282	CATÉTER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, PERIFÉRICO 18G, COM AGULHA BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, RADIOPACO, ESTÉRIL, (JELCO).	UNIDADE	1.500	R\$ 1,25	R\$ 1.875,00
283	CATÉTER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, PERIFÉRICO 20G, COM AGULHA BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, RADIOPACO, ESTÉRIL, (JELCO).	UNIDADE	1.500	R\$ 1,28	R\$ 1.920,00
284	CATÉTER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, PERIFÉRICO 22G, COM AGULHA BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, RADIOPACO, ESTÉRIL (JELCO).	UNIDADE	18.000	R\$ 1,41	R\$ 25.380,00



ī		1	1	1 1	
285	CATÉTER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, PERIFÉRICO 24G, COM AGULHA BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, RADIOPACO, ESTÉRIL, (JELCO).	UNIDADE	18.000	R\$ 1,38	R\$ 24.840,00
286	CATÉTER NASAL.	UNIDADE	720	R\$ 1,53	R\$ 1.101,60
287	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO - bolsa para coleta de drenagem urinária - 2000 ml	UNIDADE	360	R\$ 7,00	R\$ 2.520,00
288	COLAR CERVICAL INFANTIL PP	UNIDADE	60	R\$ 16,06	R\$ 963,60
289	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, 100% ALGODÃO, 9 FIOS, 8 CAMADAS, 7,5x7,5CM, 5 DOBRAS. COM 500 UNDES	PACOTE	720	R\$ 18,34	R\$ 13.204,80
290	DISPOSITIVO INTRAVENOSO G 23/ESCALPE , PVC, CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, BISEL TRIFACETADO	UNIDADE	7.200	R\$ 1,41	R\$ 10.152,00
291	EQUIPO MACROGOTAS BOMBA INFUSORA, PARENTERAL, ISENTO DE PVC, PONTA PERFURANTE COM CÂMARA FLEXÍVEL, COM FILTRO DE AR, REGULADOR DE	UNIDADE	12.000	R\$ 3,90	R\$ 46.800,00
292	FIO DE SUTURA MONONYLON 45CM. 2-0.COM AGULHA	CAIXA	30	R\$ 58,90	R\$ 1.767,00
293	DISPOSITIVO INTRAVENOSO G 25/ESCALPE , PVC, CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, BISEL TRIFACETADO	UNIDADE	7.200	R\$ 0,42	R\$ 3.024,00
294	FIO DE SUTURA,NYLON MONOFILAMENTO, 3-0, PRETO, 45CM, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO CILINDRICA, 3CM, ESTÉRIL. COM 24 UNIDADES	CAIXA	30	R\$ 65,80	R\$ 1.974,00
295	FIO DE SUTURA,NYLON MONOFILAMENTO, 4-0, INCOLOR, 45CM, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO CORTANTE,2CM, ESTÉRIL. COM 24 UNIDADES	CAIXA	36	R\$ 62,73	R\$ 2.258,28
296	FIO DE SUTURA,NYLON MONOFILAMENTO, 5-0, PRETO, 45CM, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2CM, ESTÉRIL. COM 24 UNIDADES	CAIXA	36	R\$ 60,47	R\$ 2.176,92
297	FIO DE SUTURA CATEGUT CROMADO 0	CAIXA	12	R\$ 179,67	R\$ 2.156,04
298	FIO DE SUTURA CATEGUT CROMADO 1	CAIXA	12	R\$ 187,41	R\$ 2.248,92
299	FIO DE SUTURA CATEGUT CROMADO 2-0	CAIXA	12	R\$ 177,59	R\$ 2.131,08
300	FIO DE SUTURA CATEGUT CROMADO 3-0	CAIXA	12	R\$ 182,96	R\$ 2.195,52
301	GARROTE/BORRACHA LATEX TAM 200, COM 15 METROS	PACOTE	15	R\$ 55,68	R\$ 835,20
302	EXTENSOR PARA ASPIRAÇÃO CR CONECTOR E ELASTOMERO 8.0X5 3X2MT	UNIDADE	400	R\$ 5,82	R\$ 2.328,00
303	GORRO/TOUCA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO	C/ 100 UNIDADE	60	R\$ 15,76	R\$ 945,60
304	LÂMINA DE BISTURI № 21, COM 100	CAIXA	60	R\$ 41,93	R\$ 2.515,80
305	LÂMINA DE BISTURI № 23, COM 100	CAIXA	60	R\$ 47,40	R\$ 2.844,00
306	LUVA CIRÚRGICA,ESTÉRIL, "7 E 1/5", LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, CONFORME NORMA ABNT COM ABERTURA ASSÉPTICA	PAR	1.800	R\$ 2,10	R\$ 3.780,00

Rua Joaquim Nabuco, s/n, centro, Camutanga-PE CEP: 55.930-000 CNPJ: 11.348.486/0001-70



Ī			Í	1	
307	LUVA CIRÚRGICA,ESTÉRIL, "8,0", LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, CONFORME NORMA ABNT COM ABERTURA ASSÉPTICA	PAR	600	R\$ 2,06	R\$ 1.236,00
308	PAPEL PARA EMBALAGEM DE COMPRESSAS GRAU CIRÚRGICO 150MMx100M	ROLO	260	R\$ 115,71	R\$ 30.084,60
309	SERINGA DESCARTÁVEL 3ML POLIPROPILENO, ESTÉRIL,COM AGULHA 25MMx7MM BISEL TRIFACETADO	UNIDADE	15.000	R\$ 0,42	R\$ 6.300,00
310	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML POLIPROPILENO, ESTÉRIL,COM AGULHA 25MMx7MM BISEL TRIFACETADO	UNIDADE	12.000	R\$ 0,63	R\$ 7.560,00
311	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML POLIPROPILENO, ESTÉRIL,COM AGULHA 25MMx7MM BISEL TRIFACETADO	UNIDADE	12.000	R\$ 0,83	R\$ 9.960,00
312	SONDA DE FOLEY № 12	UNIDADE	32	R\$ 4,90	R\$ 156,80
313	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC № 3,5	UNIDADE	36	R\$ 8,12	R\$ 292,32
314	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC № 5,0	UNIDADE	36	R\$ 7,37	R\$ 265,32
315	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC № 5,5	UNIDADE	36	R\$ 6,66	R\$ 239,76
316	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC № 6,0	UNIDADE	36	R\$ 7,13	R\$ 256,68
317	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC № 6,5	UNIDADE	36	R\$ 8,71	R\$ 313,56
318	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC № 7,0	UNIDADE	36	R\$ 7,93	R\$ 285,48
319	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC № 7,5	UNIDADE	36	R\$ 7,85	R\$ 282,60
320	MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO, 3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO, HIPOALERGÊNICA, BRANCA ESTERIL	CAIXA	1.200	R\$ 33,11	R\$ 39.732,00
321	FIO DE SUTURA,NYLON MONOFILAMENTO, 3-0, PRETO, 45CM, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO CILINDRICA, 3CM, ESTÉRIL. COM 24 UNIDADES	CAIXA	30	R\$ 65,80	R\$ 1.974,00
322	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC № 8,0	UNIDADE	36	R\$ 8,48	R\$ 305,28
323	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC № 9,0	UNIDADE	36	R\$ 7,78	R\$ 280,08
324	SONDA URETRAL № 6, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, ESTERIL	UNIDADE	1.500	R\$ 0,79	R\$ 1.185,00
325	SONDA URETRAL № 8, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, ESTERIL	UNIDADE	1.500	R\$ 0,78	R\$ 1.170,00
326	SOLUÇÃO REMOVEDORA DE CURATIVO - ÉTER	LITRO	36	R\$ 49,57	R\$ 1.784,52
327	TUBO SILICONADO PARA OXIGÊNIO, 2M, SEM EXTENSOR	UNIDADE	36	R\$ 5,89	R\$ 212,04
328	CAIXA DESCARTEX 10 LITROS	UNIDADE	36	R\$ 9,78	R\$ 352,08
329	ÁLCOOL À 70%, GEL 5 LITROS	GALÃO	48	R\$ 55,78	R\$ 2.677,44
330	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 12	UNIDADE	4.000	R\$ 0,98	R\$ 3.920,00
331	TESTE RÁPIDO PARA BETA hCG (TESTE DE GRAVIDEZ) - URINA	UNIDADE	1.200	R\$ 0,84	R\$ 1.008,00
332	CÂNULA OROFARÍNGEA 0	UNIDADE	40	R\$ 6,08	R\$ 243,20
333	CÂNULA OROFARÍNGEA 1	UNIDADE	40	R\$ 5,69	R\$ 227,60
334	CÂNULA OROFARÍNGEA 2	UNIDADE	40	R\$ 5,27	R\$ 210,80
335	CÂNULA OROFARÍNGEA 3	UNIDADE	40	R\$ 5,32	R\$ 212,80
336	CÂNULA OROFARÍNGEA 4	UNIDADE	40	R\$ 5,28	R\$ 211,20
337	CÂNULA OROFARÍNGEA 5	UNIDADE	40	R\$ 5,81	R\$ 232,40
338	MÁSCARA DE OXIGÊNIO COM RESERVATÓRIO ADULTO	UNIDADE	20	R\$ 19,01	R\$ 380,20



	TOTAL				R\$ 2.545.593,08
350	SOLUÇÃO DESINFETANTE A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO + ÁLCOOL. COM 5 LITROS.	GALÃO	36	R\$ 97,83	R\$ 3.521,88
349	SONDA DE FOLEY N°10	CAIXA	36	R\$ 6,22	R\$ 223,92
348	GAZE ESTÉRIL	UNIDADE	48.000	R\$ 0,86	R\$ 41.280,00
347	EQUIPO ENTERAL	UNIDADE	4.000	R\$ 2,42	R\$ 9.680,00
346	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL	UNIDADE	4.000	R\$ 1,71	R\$ 6.840,00
345	SONDA URETRAL № 12, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, ESTERIL	UNIDADE	1.500	R\$ 1,03	R\$ 1.545,00
344	SONDA URETRAL № 10, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, ESTERIL	UNIDADE	1.500	R\$ 0,92	R\$ 1.380,00
343	ESCOVA CERVICAL	UNIDADE	3.000	R\$ 1,28	R\$ 3.840,00
342	TALAS DE IMOBILIZAÇÃO TAMANHO G	UNIDADE	15	R\$ 12,46	R\$ 186,90
341	TALAS DE IMOBILIZAÇÃO TAMANHO M	UNIDADE	15	R\$ 8,84	R\$ 132,60
340	TALAS DE IMOBILIZAÇÃO TAMANHO P	UNIDADE	15	R\$ 8,92	R\$ 133,80
339	TALAS DE IMOBILIZAÇÃO TAMANHO PP	UNIDADE	15	R\$ 5,66	R\$ 84,90

VALOR TOTAL DA ESTIMATIVA: R\$ 2.545.593,08 (dois milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil quinhentos e noventa e três reais e oito centavos).

4. DA EXIGÊNCIA TÉCNICA:

- 4.1. Deverá ser exigido dos licitantes, a título de qualificação técnica, os seguintes documentos:
 - a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade e fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado para ambos, contendo razão social, endereço, telefone, CNPJ e quantitativos executados que apresente, no mínimo, 10% (dez por cento) das quantidades estimadas do **item arrematado** ou de características similares.
 - a.1. Os atestados deverão referir-se a fornecimentos prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
 - a.2. Para a comprovação do fornecimento mínimo de 10% (Dez por cento) do item arrematado, será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido.
 - b) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando quando requerido pelo pregoeiro, dentre outros documentos, cópia do contrato e ou Notas Fiscais que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os fornecimentos.
 - c) Licença de funcionamento da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal em vigor da sede da licitante;



- d) Autorização de Funcionamento AFE para Medicamentos, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, da empresa participante da licitação, ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa participante, com as atividades compatíveis para indústria, distribuidora, e/ou importadora de medicamentos;
- e) Comprovação de Registro ou inscrição no Conselho Regional de Farmácia (CRF): Certificado de Regularidade Técnica;
- 4.2 Da preferência de contratação do medicamento genérico:
- a) Nas aquisições de medicamentos a que se refere esta licitação, o medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preços, nos termos do art. 3ª, §2º, da Lei Federal nº 9.787/99.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 5.1. O prazo de entrega dos produtos é de 05 (Cinco) dias úteis, contados da expedição da Ordem de Fornecimento, em remessas parceladas, conforme as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga/PE, e as entregas deverão ser efetuadas no seguinte local: **Unidade Mista Minervina Guedes Tavares de Melo**, endereço: Rua Joaquim Nabuco, s/n, centro, Camutanga/PE, no horário das 08h00min às 13h00min.
- 5.2. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (Cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.3. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (Três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (Dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



- 5.6. O objeto contratado deverá ser entregue conforme os pedidos de empenhamento feitos pelo Fundo Municipal de Saúde de Camutanga/PE conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.
- 5.7. Não será aceito entrega condicionado a pedido com quantitativo mínimo. Ficando a cargo do Fundo Municipal de Saúde, solicitar, conforme a sua necessidade.
- 5.8. O produto deve apresentar em seu rótulo: data de fabricação, prazo de validade e composições, de forma a atender a legislação sanitária vigente e pertinente ao produto. O prazo de validade do(s) produto(s), por ocasião de sua entrega, deve ser de no mínimo 75% do prazo total de validade previsto para o produto.

6. CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

- 6.1. A convocação para o fornecimento dos medicamentos será feita através da emissão e encaminhamento da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço à Adjudicatária.
- 6.2. A convocação será realizada via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo do contrato, se for o caso, para impressão, assinatura e devolução via postal. Através do mesmo endereço eletrônico, o Fundo Municipal de Saúde enviará as comunicações necessárias durante a execução do contrato.
- 6.3. O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.
- 6.4. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa do contrato por via postal, para assinatura da adjudicatária.
- 6.5. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail da Comissão Permanente de Licitação, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.
- 6.6. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.



6.7. A recusa da empresa em receber a Ordem de Fornecimento, durante a vigência da proposta, caracteriza-se como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitandoa à aplicação de penalidades na forma prevista neste termo.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Além dos deveres previstos na minuta do contrato, são obrigações da Contratante:
 - 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos:
 - 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Além dos deveres previstos na minuta do contrato, são obrigações da Contratada:
 - 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.



- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



- 11.3.O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.4.A gestão do contrato será de responsabilidade da servidora **Lúcia Aparecida Correia Vieira**, enquanto a fiscalização da avença será exercida da servidora **Hysla Micelane da Silva**.
- 11.5. A gestão da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da servidora **Lúcia Aparecida Correia Vieira**, enquanto a fiscalização da avença será exercida pela servidora **Hysla Micelane da Silva**.
- 11.6.Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela se originarem:
- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento dos medicamentos;
- b) Conhecer plenamente os termos contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto do Contratante quanto da Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no presente Termo de Referência e Contrato, assim como observar, para o correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 11.7. Caberá ao gestor da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela se originarem:
- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada;
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas/contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal do contrato;



- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal do contrato;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor da ata de registro de preços e contrato não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (Trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
 - 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta à regularidade fiscal e trabalhista para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.



- 12.7. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 12.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 12.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



12.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \begin{pmatrix} (6/100) & I = 0,00016438 \\ \hline TX = Percentual da taxa anual = 6\% \\ \hline 365 & TX = Percentual da taxa anual = 6\% \\ \hline TX$$

- 12.15. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do fiscal do contrato.
- 12.16. O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:
 - I. Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
 - II. Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

13. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO AOS CONTRATOS PROVENIENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea "d", e § 5º da Lei Federal nº 8.666/1993.
 - 13.1.1. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.

Rua Joaquim Nabuco, s/n, centro, Camutanga-PE CEP: 55.930-000 CNPJ: 11.348.486/0001-70



14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02.
- 14.2. Com fundamento no artigo 7° da Lei nº 10.520/2002, o licitante ficará impedido de licitar e contratar com o Fundo Municipal de Saúde de Camutanga pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
 - 14.2.1. Apresentar documentação falsa;
 - 14.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 14.2.3. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 14.2.4. Não mantiver a proposta;
 - 14.2.5. Deixar de entregar documentação exigida no certame e quando esta conduta caracterizar fraude à licitação pública;
 - 14.2.6. Cometer fraude fiscal;
 - 14.2.7. Fizer declaração falsa;
 - 14.2.8. Não assinar Ata de Registro de Preços, quando convocado;
 - 14.2.9. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.
 - 14.3. O servidor autorizado pela Administração sempre que verificar indícios de cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo comunicará à autoridade competente.
 - 14.4. As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:
 - 14.4.1. Advertência
 - 14.4.2. Multa, nos seguintes termos:
 - 14.4.2.1. Pelo atraso na execução do objeto contratual, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;



- 14.4.2.2. Pela recusa em executar o objeto contratual, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- 14.4.2.3. Pela demora em refazer a execução do objeto contratual rejeitada ou corrigir falhas na execução do objeto contratual, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;
- 14.4.2.4. Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na execução do objeto contratual, entendendo-se como recusa a não execução do objeto contratual nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- 14.4.2.5. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais nos 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 0,25% a 1% do valor global do contrato, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, para cada evento.
- 14.5. Impedimento de licitar e contratar com o Fundo Municipal de Saúde de Camutanga pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- 14.6. A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:
 - 14.6.1. Atraso injustificado na execução do contrato:
 - 14.6.2. Inexecução total ou parcial do contrato.
- 14.7. O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias.
- 14.8. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.



- 14.9. O valor correspondente à multa será descontado dos pagamentos subsequentes devidos pela CONTRATANTE em decorrência da execução contratual ou cobrado judicialmente.
- 14.10. Objetivando evitar danos ao Erário, à Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga/PE poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.
- 14.11. A competência para a aplicação das sanções é atribuída à Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga/PE.
- 14.12. As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.
- 14.13. Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.545.593,08 (dois milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil quinhentos e noventa e três reais e oito centavos).

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

02.00.02.06 - Fundo Municipal de Saúde

33903000 - Material de Consumo

1030100052.044 – Assistência Farmacêutica na Atenção Básica em Saúde

1030200052.042 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

1030100052.053 - Manutenção das Atividades da Atenção Básica

Camutanga/PE, 13 de junho de 2022.

Lúcia Aparecida Correia Vieira

Gestora do Fundo Municipal de Saúde



Hysla Micelane da Silva

Farmacêutica

ANEXO II DECLARAÇÕES

Αo

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMUTANGA - PE

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022.

(Nome da Empresa)	
CNPJ/MF N ⁰	, sediada.
(Endereço Completo)	

1. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO



Declaramos, sob as penas da lei e para os fins requeridos no Inciso VII, do artigo 4º, da Lei
Federal nº 10.520/2002, que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigidos
neste Edital.

2. DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE Declaramos, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº instaurada pela Prefeitura Municipal de Camutanga - PE, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. 3. DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS Declaramos, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. 4. DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES Declaramos, sob as penas da lei, que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

OBS.



Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

5. MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.

Declaramos, sob as penas da lei, que estamos enquadrados na condição **de MICROEMPRESA** – ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL,constituídas na forma da LEI COMPLEMEMTAR № 123, de 14/12/2006.

Declaramos ainda, sob as penas da lei e para os devidos fins, não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que cumpriremos todas as condições estabelecidas no Edital.

6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos, sob as penas da lei, que tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação nos comprometemos a cumprir todos os termos do Edital.

7. DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Declaramos, sob as penas da lei, que não possuímos sócio ou empregado com relação familiar ou parentesco no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de Agentes Públicos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador Geral do Município, e Vereadores) e de servidores investidos em cargo de direção, chefia ou assessoramento. Declaro ainda, que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo a responsabilidade pelo. Seu inteiro teor, sob as penas da Lei.



	Por	ser	verdade,	firmamos	0	presente.
--	-----	-----	----------	----------	---	-----------

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE/PROCURADOR DA EMPRESA

ANEXO III

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 004/2022

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica **nº 004/2022** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA: CNPJ:

REPRESENTANTE e CARGO: CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO, E-MAIL e TELEFONE: AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

OBJETO: Formalização de Ata de registro de preços para futura e eventual Aquisição de Medicamentos, para fins de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Camutanga - PE, conforme demandas, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	APRESENTAÇÃO	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Descrição do item. Nº do Registro na ANVISA, quando cabível					

Rua Joaquim Nabuco, s/n, centro, Camutanga-PE CEP: 55.930-000 CNPJ: 11.348.486/0001-70



2	Descrição do item. Nº do Registro na ANVISA, quando cabível							
3	Descrição do item. Nº do Registro na ANVISA, quando cabível							
4	Descrição do item. № do Registro na ANVISA, quando cabível							
5	Descrição do item. № do Registro na ANVISA, quando cabível							
6								
	Valor Total							

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo I do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação, bem como o inteiro teor do Termo de Referência.

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA - Conforme Termo de Referência.

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão de abertura.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ANEXO IV-

MINUTA DE CONTRATO

		MUNICÍPIO DI Lado		CELEBRAM O E DO OUTRO EMPRESA PARA O
		FORNECIMEN CONFORME	TO DE N	IEDICAMENTOS, CITATORIO Nº
		CONTRATO N	/2022.	
PE, inscrito no CN	NPJ sob o n.º 11.348	n sede a Rua Joaquim 3.486/0001-70, neste a	to, representado p , doravante	elo seu gestor(a), denominado
		–		
		o pelo Senhor		
		, nº		
oresente CONTR	ATO DE FORNECI	doravante denominad I MENTO, e bilateralme a seguir dispostas pela	ente aceitam, ratif	icam e outorgam,
CLÁUSULA PRIM	MEIRA - DO OBJET	'n		



Constitui objeto deste Contrato a **Aquisição de Medicamentos para fins de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Camutanga - PE,** conforme demandas, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, constantes no Processo Licitatório nº 007/2022, Pregão Eletrônico nº 004/2022, e da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	APRESENTA ÇÃO	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01						
	Total Global da Proposta: R\$		().	

Parágrafo único. No valor contratual estão inclusas todas as despesas com tributos, fretes, seguros, entre outras, que incidam sobre o objeto ora contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas em decorrência do objeto deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.00.02.06 - Fundo Municipal de Saúde

33903000 - Material de Consumo

1030100052.044 - Assistência Farmacêutica na Atenção Básica em Saúde

1030200052.042 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

1030100052.053 - Manutenção das Atividades da Atenção Básica

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

- I O objeto deverá ser entregue de acordo com a proposta e com as especificações descritas na Cláusula Segunda deste Contrato.
- II O prazo para entrega do objeto licitado é de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho e da respectiva Ordem de Fornecimento.
- III O medicamento deve apresentar em seu rótulo: data de fabricação, prazo de validade e composições, de forma a atender a legislação sanitária vigente. O prazo de validade do(s) medicamento(s), por ocasião de sua entrega, deve ser de no mínimo 75% do prazo total de validade previsto para o produto.



IV-Caso algum dos medicamentos entregues apresente alguma avaria em suas embalagens ou seja detectado algum problema que possa seu uso no decorrer do prazo de validade, a CONTRATADA deverá efetuar a troca dos mesmos em até 03 (três) dias corridos, a contar da notificação, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal de Saúde de Camutanga/PE.

V- Local de entrega - Unidade Mista Minervina Guedes Tavares de Melo - Rua Joaquim Nabuco, s/n - centro, Camutanga - PE, no horário de 8:00 às 13h (de 2ª a 6ª feira), após agendamento prévio.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I Executar o objeto contratual conforme especificações e exigências constantes de sua proposta e do Termo de Referência (Anexo I);
- II Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE;
- III Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste Contrato, sujeitando-se às sanções nele estabelecidas e nas Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002;
- IV Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução contratual;
- V Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- VI Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- VII Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA;
- VIII Arcar com os seguros que decorram direta ou indiretamente do contrato, bem como relativos a quaisquer acidentes e/ou danos causados ao CONTRATANTE e a terceiros;
- IX Substituir o medicamento caso não atenda a especificação no prazo máximo de 03 (três) dias a partir do chamado da responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual do CONTRATANTE.
- X Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato;
- XI Manter, durante toda a execução do contrato as mesmas condições da habilitação;
- XII Manter os preços pactuados;



- XIII Emitir fatura no valor pactuado e condições do contrato, apresentando-a ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.
- XIV Não subcontratar total ou parcialmente o objeto da presente licitação;

XV - Indicar Preposto.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I Publicar o extrato deste contrato no seu Diário Eletrônico;
- II Receber o objeto deste contrato, verificando se a qualidade e os quantitativos do objeto executado pela CONTRATADA estão em conformidade com as especificações exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2022, emitindo atesto de recebimento na nota fiscal eletrônica;
- III Acompanhar e fiscalizar a boa execução do contrato e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive as penalidades contratual e legalmente previstas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;
- IV Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- V Vetar o recebimento de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA;
- VI Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- VII Efetuar os pagamentos no prazo e nas condições indicados neste contrato, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizá-los;
- VIII Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O contrato terá validade a partir da data de sua assinatura até do dia 31/12/2022, respeitando a vigência dos créditos orçamentários nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

- O CONTRATANTE indicará servidor para acompanhar a execução do contrato, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos fornecidos.
- § 1º O objeto será recebido provisoriamente por servidor designado pelo CONTRATANTE para verificação da conformidade do bem com as especificações exigidas no Edital no prazo de 05 (cinco) dias da entrega e definitivamente, por servidor designado pelo Fundo Municipal de Saúde de Camutanga/PE, após a comprovação de que a entrega foi executada de acordo com o edital e anexos, em até 10 (dez) dias do recebimento provisório.
- § 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos fornecidos, nem ético-profissional da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.



- § 3º Caso o objeto não esteja de acordo com os termos da proposta apresentada, bem como não atenda ao contido no contrato, será o mesmo rejeitado, caso em que terá a CONTRATADA o prazo de 03 (três) dias, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pelo CONTRATANTE, para sanar os problemas detectados e, se for o caso, substituir o objeto. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- § 4º O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- § 5º Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O representante do CONTRATANTE, sob pena de responsabilização administrativa, registrará em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.
- §6º A gestão do Contrato será de responsabilidade do servidora **Lúcia Aparecida Correia Vieira**, enquanto a fiscalização da avença será exercida pelo servidor **Hysla Micelane da Silva**
- § 7º Caberá ao fiscal do Contrato:
- I Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento dos medicamentos.;
- II Conhecer plenamente os termos contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto do CONTRATANTE quanto da CONTRATADA;
- III Conhecer e reunir-se com o preposto da CONTRATADA com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- IV Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- V Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- VI Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência e neste Contrato, assim como observar, para o correto recebimento:
- VII Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela CONTRATADA;
- VIII Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a CONTRATADA;



- IX Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- § 8º Caberá ao gestor do Contrato:
- I Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;
- II Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- III Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- IV Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal do contrato;
- V Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal do Contrato;
- VI Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela CONTRATADA, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- VI Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- VII Orientar o fiscal do Contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, condicionados, todavia, à juntada simultânea dos seguintes documentos:

- I Nota fiscal eletrônica original da CONTRATADA devidamente atestada por servidor designado pela Secretaria do CONTRATANTE;
- II Certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, INSS, FGTS e CNDT;
- III Atesto do setor competente.
- §1º Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- §2º Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas
- §3º Constatando-se, a situação de irregularidade fiscal e/ou trabalhista da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



- §4º Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e/ou trabalhista quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- §5º Persistindo a irregularidade fiscal e/ou trabalhista, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- §6º Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.
- I Será rescindido o Contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.
- §7º Qualquer atraso na apresentação da nota fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.
- §8º Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- §9º O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.
- §10º As normas relativas ao processamento da despesa pública exigem que a liquidação e o pagamento sejam efetivados exclusivamente em favor da CONTRATADA, devidamente identificada pelo número de inscrição no CNPJ constante deste Contrato.
- §11 Estando autorizada pelos Órgãos de Fazenda Estaduais ou Municipais a emitir notas fiscais eletrônicas em suas respectivas áreas de atuação, a CONTRATADA deverá enviar em formato PDF, os documentos hábeis de comprovação das despesas (notas fiscais), recibos, certidões de regularidade, mapas de medição, conforme o caso.
- §12 Os pagamentos serão feitos por meio de transferências bancárias emitidas pelo Setor Financeiro do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga, exclusivamente para crédito direto em qualquer tipo de conta bancária informada pela CONTRATADA.
- §13 O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, devidamente apuradas em processo administrativo.
- §14 O pagamento de qualquer fatura poderá ser sustado, no todo ou em parte, caso haja débito para com o CONTRATANTE e caso a o fornecimento dos medicamentos tenha sido realizado em desacordo com as condições contratadas.
- §15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



I - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ATUALIZAÇÃO</u> FINANCEIRA

Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea "d", e § 5º da Lei Federal nº 8.666/1993.

- § 1º Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.
- § 2º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$
 $I = (6 / 100)$ $I = 0,00016438$ $TX = Percentual da taxa anual = 6%$

- §3º Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- I Dentro do prazo de vigência do Contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- II Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- III No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- IV Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



- V Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- VI Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- VII O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PENALIDADES

- O cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo sujeitará a CONTRATADA à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002.
- § 1º As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:
- I Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais constitua falta leve, assim entendida aquela que não acarreta prejuízo significativo para o objeto contratual;
- II Multa, observados os seguintes limites máximos:
- a) Pelo atraso na execução do objeto contratual, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;
- b) Pela recusa em executar o objeto contratual, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- c) Pela demora em refazer a execução do objeto contratual rejeitada ou corrigir falhas na execução do objeto contratual, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido:
- d) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na execução do objeto contratual, entendendo-se como recusa a não execução do objeto contratual nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste termo contratual ou nas Leis Federais nos 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 0,25% a 1% do valor global do contrato, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, para cada evento.
- III Impedimento de licitar e contratar com o Fundo Municipal de Saúde de Camutanga pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar



documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

- § 2º A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:
- I Atraso injustificado na execução do contrato;
- II Inexecução total ou parcial do contrato.
- § 3º O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do Contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias.
- § 4º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.
- § 5º O valor correspondente à multa será descontado dos pagamentos subsequentes devidos pelo CONTRATANTE em decorrência da execução contratual ou cobrado judicialmente.
- § 6º Objetivando evitar dano ao Erário, a Gestora do Fundo Municipal de Saúde poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.
- § 7º A competência para a aplicação das sanções é atribuída à Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga.
- § 8º As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.
- § 9º Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

- § 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- § 2º A rescisão deste contrato poderá ser:
- I Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos;
- II Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, nos casos dos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- III Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- § 3º A rescisão unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade máxima do CONTRATANTE.



§ 4º A declaração de rescisão deste Contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do extrato no Diário Eletrônico do CONTRATANTE - Diário Oficial dos Municípios (AMUPE).

<u>CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA</u>

Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00x/2022, com seus anexos, e a proposta da CONTRATADA.

- § 1° A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Processo Licitatório nº 007/2022, Pregão Eletrônico nº 004/2022, e a regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, CNDT, INSS e FGTS.
- § 2º Este contrato regula-se pelas suas cláusulas, pelas Leis Federais nos 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTAGEM DOS PRAZOS

Nos termos do artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/1993, na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na sede do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações do CONTRATANTE à CONTRATADA, ou vice-versa, serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS

Conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, o CONTRATANTE, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – TERMO ADITIVO

Qualquer medida que implique alteração de direitos e obrigações aqui pactuados será formalizada por termo aditivo ao contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - TOLERÂNCIAS

Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO



Nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato é a Comarca da Cidade de Ferreiros, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

	Camutanga/PE,/ 2022.
	Lúcia Aparecida Correia Vieira - Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga – CONTRATANTE
	Nome da Empresa
	CNPJ: Nome do Sócio-Administrador
	CPF nº.
	CONTRATADO
TESTEMUNH	IA:
NOME:	
CPF:	
NOME:	
CPF:	·



ANEXO XI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № _____.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Medicamentos, para fins de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Camutanga - PE.

	CNPJ	SOD	0 n.° 1	1.348.4	486/000	1-70,	neste	ato,	repres	sentado ,	peio	dorav	
denominado	ÓRG	ÃΟ	GER	ENCIA	DOR	e,	do	0	utro	lado,	а	emp	resa
			,	com	sede	na					nº _	, B	airro
	, Ci	dade	XX, CE	P:					, ins	scrita n	o CNP	J/MF s	ob o
n.º													
representada	pelo	Sr.				,	insc	rito	no	CPF/M	F so	ob o	n.º
			RG n.º										
REGISTRO DE										-			
das Leis Feder	ais nº 8	.666	5/1993 e	10.52	20/2002	, LC n	° 123/	2006	e LC	nº 147/	2014,	do De	creto
Municipal no 00	08/2017	, de	02 de ja	neiro d	de 2017	e do	Edital	do F	regão	Eletrô	nico r	1º 004/	2022
 Processo I cláusulas segu 	₋icitató		•						_				

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:



1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Medicamentos, para fins de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Camutanga - PE, conforme demandas, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) propostas (s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMUTANGA - GERENCIADOR

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA

4.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 5.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido da ordem de serviço e convocar os demais para assegurar igual oportunidade de negociação.



- 5.6. Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.
- 5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.7 "a", 5.7 "b" e 5.7 "d" será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:
- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.
- 5.10. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, o Fundo Municipal de Saúde de Camutanga fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

- 6.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar contrato ou receber a nota de empenho, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 6.2. A referida convocação poderá ser realizada, a critério da Administração Municipal, por email e/ou publicação no Diário Oficial do Município e/ou por correspondência postal com aviso de recebimento
- 6.3. O Fundo Municipal de Saúde de Camutanga poderá convocar para substituir o fornecedor registrado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.



- 6.4. No ato da contratação, se for o caso, a empresa vencedora poderá se fazer representar por representante, mediante apresentação de procuração com poderes expressos para firmar contrato.
- 6.5. A contratação será precedida da apresentação de toda a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista e da emissão de nota de empenho, sendo convocada a adjudicatária para assinatura do termo de contrato.
- 6.6. O contratado deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.
- 6.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria demandante, com a(s) Nota(s) Fiscal(is) devidamente atestada pelo setor técnico competente, devendo ser comprovada a manutenção das exigências da habilitação.
- 7.2. O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.
- 7.3. O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
- 7.4. Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

8.1. O fornecimento dos produtos sempre que solicitados, será realizado no prazo, horários, condições e locais previstos no item 5 do Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1 A gestão da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da servidora Lúcia Aparecida Correia Vieira, enquanto a fiscalização da avença será exercida por Hysla Micelane da Silva.
- 9.2. Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços:
- I Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento dos itens registrados;
- II Conhecer plenamente os termos registrados sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto do Órgão Gerenciador quanto da Detentora da Ata;



- III Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- IV Exigir da Detentora o fiel cumprimento de todas as condições assumidas nesta Ata, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- V Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer o Registro de Precos e seu efetivo resultado:
- VI Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência e Ata de Registro, assim como observar, para o correto recebimento;
- VII Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora Registrada;
- VIII Comunicar formalmente ao Gestor da Ata de Registro as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora;
- IX Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 9.3. Caberá ao gestor da Ata de Registro:
- I Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora;
- II Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- III Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas assumidas na Ata de Registro;
- IV Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal da Ata de Registro;
- V Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas apontadas pelo fiscal da Ata de Registro;
- VI Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora, mediante a observância das exigências assumidas na Ata de Registro e demais exigências legais;
- VI Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do item registrado não seja ultrapassado;
- VII Orientar o fiscal da Ata de Registro para a adequada observância das cláusulas registradas

10. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. O órgão gerenciador providenciará a publicação do extrato da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º-do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.



- 10.3. As obrigações que nortearão a relação contratual entre as partes estão previstas nas Cláusulas Quinta (obrigações da Contratada) e Sexta (obrigações da Contratante) da minuta do contrato.
- 10.4. Fica eleito o foro da Comarca de Ferreiros para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços.
- 10.5.E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente **Ata de Registro de Preços** que, lida e achada conforme, é assinada, em **02 (duas) vias**, de igual teor e forma, pelas signatárias deste instrumento, tendo sido arquivada uma via na Sede Administrativa do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga.

Camutanga/PE, de de 2022.
Lúcia Aparecida Correia Vieira - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMUTANGA-PE —
Empresa CNPJ
Responsável